

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

GESTÃO: 2010/2014

LOCAL: Brasília/DF

Aos 28 de junho de 2011, as quatorze horas, na Sede da Febrac, em Brasília, teve início a 8ª Assembléia Geral Extraordinária, da gestão 2010/2014. **Sr. Ricardo Garcia** – É um prazer recebê-los. Belló, nosso Vice-Presidente Nacional, justificou sua ausência por ter confundido a data. **1. Aprovação da Ata da AGE realizada dia 25 de maio em Brasília** **Sr. Ricardo Garcia** – A ata foi distribuída aos senhores por e-mail, caso tenham alguma observação, sintam-se a vontade para fazê-la. Não havendo manifestação, a ata está aprovada. **2. ENEAC 2012** **Sr. Adonai Arruda** – Já temos firmados patrocínios com a Diversey, Karcher, Alfa e UPS. Na parte da feira, estamos com 65% da área de stands comercializada. Com referência às inscrições, temos 570 do Brasil e 50 internacionais. As reservas de apartamentos estão distribuídas da seguinte maneira: **ABC** – 10 no Hotel Crowne Plaza; **Abralimp** – 05 no Deville Rayon; **Becker** – 05 no Deville Rayon; **Diversey** – 15 no Radisson; **ES** – 06 no Bourbon; **Febrac** – 05 no Deville Rayon; **GO** – 20 no Bourbon; **Karcher** – 10 no Bourbon; **MS** – 10 no Radisson; **RJ** – 50 no Deville Rayon; **RS** – 15 no Bristol; **SC** – 20 no Deville Rayon; **SP** – 50 no Crowne Plaza; **UPS** – 03 no Deville Curitiba e 03 no Deville Rayon. Deville são dois hotéis, um ao lado do outro; o Deville Curitiba é categoria 4 estrelas, o Rayon é categoria 5 estrelas. Temos disponíveis para reservas as seguintes quantidades de apartamentos: Bourbon – 64; Bristol – 45; Deville Curitiba – 97; Deville Rayon – 12; Sheraton – 83; Mabu – 40; Radisson – 73. Excluímos o hotel Pestana, pois ele firmou um pré-contrato conosco a um valor e agora cobrou o dobro. Encaminhamos os contratos para os sindicatos que fizeram as confirmações. Estamos entregando aos sindicatos que não têm o material, pasta com o descritivo de cada hotel; estes deverão fazer a opção e nos enviar o contrato. Estamos trabalhando no sistema de grupo. Caso algum Estado não queira trabalhar de forma coletiva, as empresas poderão fazer individualmente. A partir do próximo mês a Febrac estará enviando os boletos das inscrições, para que sejam divididas em 10 parcelas. **Sr. Ricardo Garcia** – Esse evento, que reuni Febrac, Abralimp e WFBSC, é de grandes proporções. Nossos encargos na organização são grandes e nossos compromissos financeiros já começaram. É importante que tenhamos também a receita. No final, o resultado do evento será dividido entre as duas entidades responsáveis por todas as despesas e receitas. Os patrocinadores e expositores já começaram a pagar, agora nós precisamos pagar nossas taxas de inscrição. Combinamos que a partir do mês de julho faremos a cobrança da taxa de inscrição e do hotel. Serão enviadas duas boletas diferentes, na mesma data, tudo dividido em 10 vezes. A cobrança é feita aos sindicatos, e estes cobram das empresas, alguns assumem essa despesa, outros não. **Sr. Adonai Arruda** – Os sindicatos que estão recebendo o contrato deverão optar pelo hotel e nos devolver para que possamos enviar os boletos. Com relação ao hotel, o contrato está saindo pelo valor do single, porque de single para double a diferença é muito pequena. No contrato está mencionado que essa diferença e os extras serão pagos na saída, pelo próprio hospede, exatamente porque não temos como definir se a pessoa irá sozinha ou acompanhada. Está claro no contrato que o valor do hotel foi trabalhado e organizado pelo valor do single. No próximo dia 15 de julho, estaremos realizando um evento na FACOP. Na oportunidade entregaremos uma suíte de hotel padrão 5 estrelas, unidade de UTI hospitalar, padaria, restaurante e lançaremos a pedra fundamental de uma creche e do alojamento. Faremos um debate com parlamentares sobre o PL da terceirização e a Frente Parlamentar dos Serviços Terceirizáveis. Nosso sindicato desenvolveu duas novas ações que estão com a aquiescência do MTE, colocaremos na nossa CCT, em julho, com o monitoramento da Facop, o Sesmet Coletivo e o RH Coletivo. Pretendemos transformar a Facop em uma Fundação Nacional. Os mesmos mecanismos que usamos para buscar a viabilidade financeira da Escola, passaríamos no projeto nacional para cada Estado, para que eles pudessem conseguir essa viabilidade. Teríamos um diretor técnico nacional, pela sua capacidade o convite foi feito ao Edson Schueler. Será necessário também ter gestor regional e administrativo, porque esse projeto só desenvolve

se andarmos juntos com os empregados. Teremos o nosso pessoal e os da área técnica visitando os senhores nas suas bases e fazendo a explanação. **Sr. Ricardo Garcia** – Acho que você tem um exemplo que deve ser seguido por todos. Endosso o convite do presidente Adonai. **4. Comitê de Ação de Graças**

Sr. Ricardo Garcia – O companheiro Jonas é do Seac/PE, e deu sempre muita contribuição a nossa Entidade. **Sr. Jonas Alvarenga** – Agradeço a atenção dada pela Febrac a esse projeto que está embasado por uma lei Federal desde 1949. Vocês verão a importância de se resgatar essa data, no sentido de que no Brasil seja celebrado o Dia Nacional de Ação de Graças. **Sr. Wilson Júnior** – A nossa missão é consolidar o Dia Nacional de Ação de Graças como um instrumento de mobilização social, que vise proporcionar ajuntamentos, confraternizações e ações de assistências sociais resultantes do sentimento de gratidão a Deus. Desejamos que até 2014 todo o Brasil esteja celebrando esse dia. **Sr. Jonas Alvarenga** – Quem faz acontecer em um país, somos nós empresários, por isso estamos solicitando a vocês que simpatizem com nosso projeto. **Sr. Ricardo Garcia** – Esta campanha é nobre, nós que somos pessoas do bem temos que nos envolver em todos os assuntos que são do bem. Ficamos tão envolvidos no dia a dia, que nos esquecemos de agradecer a Deus pelas coisas boas que temos em nossa vida. Vou pedir a equipe da Cris para desenvolver uma campanha e divulgar através do nosso mailing no mês de novembro. Os companheiros que se sensibilizaram, procurem desenvolver esta campanha nas suas bases. **3. Projeto de Sustentabilidade**

Sr. Ricardo Garcia – Lívio Giosa preparou o material que enviamos para todos os membros da comissão de sustentabilidade da Febrac. Foi dado um prazo para eles fazerem comentários, após esse prazo, repassamos todas as contribuições ao Lívio, que preparou a versão final da cartilha. Faremos uma impressão de 5 mil exemplares que serão distribuídos na próxima reunião da Febrac. Além das cartilhas impressas, os sindicatos receberão o arquivo por e-mail para imprimirem quantas mais precisarem. Cada sindicato poderá substituir na cartilha o espaço da logomarca genérica pela sua. Esperamos que os sindicatos multipliquem o projeto. Pretendemos em setembro realizar um almoço com os parlamentares que temos mais afinidade. Na ocasião, Lívio Giosa fará uma palestra mostrando o envolvimento da nossa Entidade com este assunto tão importante. É assim que nosso projeto está formatado e será implementado. **5. IV Ação Nacional Febrac – Limpeza de Áreas Verdes**

Sra. Cristiane Oliveira – Na última AGE foi apresentado o projeto da Ação Nacional e aprovado o cartaz que iríamos fazer para distribuir aos Estados, no entanto, a empresa que está desenvolvendo a cartilha do projeto de sustentabilidade sugeriu uma logomarca que achamos por bem colocar em todas as ações que envolvessem questões de sustentabilidade. Apresento aos senhores a logomarca que está sendo substituída no material do projeto que foi apresentado no mês passado. Aquele projeto sofrerá algumas alterações. O cartaz e o certificado serão feitos com a logomarca apresentada hoje. Esperamos no dia 17 de setembro contar com a participação de todos os sindicatos, e certificar o máximo possível de empresas. **Sr. Ricardo Garcia** – Este evento é muito importante, espero que os sindicatos que não participaram nos anos anteriores, possam participar agora. Todos vão receber algumas unidades da caixinha descarte de pilhas. Uma das coisas que não praticamos é o descarte correto de pilhas, elas afetam o meio ambiente se não forem corretamente descartadas. No site da Febrac terá o endereço de onde esse material poderá ser descartado. **7. Assuntos Jurídicos**

Nota Técnica nº105/2011/DMSC/SIT - Possibilidade de que a negociação coletiva estabeleça piso salarial em valor inferior ao previsto em lei estadual

Dra. Celita Oliveira – Nos preocupou quando saiu a Nota Técnica do Ministério do Trabalho dizendo que deveria ser observado o salário mínimo Estadual nas negociações coletivas. Veio a decisão do STF dizendo que não, que poderá ser negociado. Eu acho essa decisão mais coerente com o texto da Constituição, pois ele assegura como direito do trabalhador piso salarial correspondente a complexidade da atividade. Com essa Nota Técnica do MTE, os Estados que têm legislação fixando piso salário mínimo, poderão fazer livremente suas negociações coletivas, colocando valor mais baixo se for o caso e se conseguir convencer os trabalhadores. **Alteração da Súmula 331**

Dra. Celita Oliveira – Gostaria que vocês estivessem atentos a uma peculiaridade que considero muito importante. O TST estabeleceu na Súmula, que hoje tem força de lei, que

se o órgão público descumprir a Lei 8666 ele será responsável pelo pagamento dos salários e dos encargos sociais. A Lei 8666 estabelece que o prazo máximo de pagamento das faturas é de 30 dias após o final do mês correspondente à prestação de serviços. Agora com a Súmula, na medida em que o órgão não pagou as faturas dentro dos 30 dias, ele já está descumprindo a lei, assim atrai para ele a responsabilidade de pagar os salários e encargos. Nossa sugestão é que quando os atrasos forem de muitos meses, encaminhem a folha para o órgão pagar o FGTS, o INSS, com uma correspondência baseada nesse inciso da Súmula 331, para que façam o pagamento diretamente aos empregados. **Sr. Urubatan Romero** – No Ceará, quem presta serviços a banco recebe com oito meses de atraso o reajuste. **Sr. Renato Fortuna** – Em Minas Gerais estamos tentando uma maneira de comunicar as empresas associadas em quais órgãos está acontecendo esse débito. **Dra. Celita Oliveira** – O sindicato dos empregados seria um aliado muito eficiente, pois defende os interesses do trabalhador. A empresa comunica o sindicato e eles vão juntos ao órgão Público para que seja pago. Nosso escudo é a Súmula, pois ela diz respeito ao direito do empregado. Não podemos comentar todas as variantes aqui, mas cada sindicato pode ver isso com seu jurídico. Chegou o momento de não termos mais prejuízo com órgão irresponsável, mas depende das empresas administrarem com cuidado, força, empenho e sem temor. Existe a possibilidade de entrar com ação para ressarcimento de todos os juros bancários em razão de dinheiro para pagar empregado. **Sr. Ricardo Garcia** – Outro assunto jurídico é com referência ao aviso prévio proporcional ao tempo de trabalho, ou seja, tem uma sugestão dizendo que seria um salário para cada ano. Isto representa um aumento de custos para o nosso setor, e nós já estamos sufocados com tantos outros custos. Pergunto-me, é melhor quem resolver: o Congresso ou os Tribunais Judiciários? **Dra. Celita Oliveira** – Seria melhor que fosse através de um Projeto de Lei. Nós já temos a proporcionalidade em relação ao FGTS, porque os 40% que se paga de multa é mensalmente. Seria mais tranquilo passar pelo Congresso Nacional que pelo Supremo. **Sr. Ricardo Garcia** – Este assunto passa a ser de grande prioridade. Acho que tem uma tendência da rotatividade aumentar. Temos dois assuntos na pauta, um diz respeito ao setor e está atingindo de frente o Seac/DF, você conhece a matéria. Outro assunto é um pedido do presidente do Seac/PE de um Acórdão do TCU que está afetando o contrato dele com a Caixa Econômica Federal. **Dra. Celita Oliveira** – O primeiro assunto é muito preocupante. Os sindicatos dos condomínios de Brasília, patronal e laboral, assinaram em abril um termo aditivo à CCT com cláusulas que obrigam os condomínios a fazerem contratação direta de todas as funções que as empresas de aseio e conservação oferecem, inclusive de vigilância. Fui procurada pelo Seac/DF para tentar anular a convenção. Preciso que as empresas e os sindicatos arranjam síndicos que estejam dispostos a entrar com a ação. A CNC não reconhece sindicato de condomínio. Tendo somente SECOVI, podem ficar despreocupados, mas se tiver sindicato dos trabalhadores em condomínio, é preocupante. As Convenções Coletivas trazem um prazo até dezembro para rescisão dos contratos com as empresas prestadoras de serviços. Temos esse período para lutar e tentar suspender os efeitos, pois a tramitação pode ser demorada e todas as empresas podem ter seus contratos rescindidos. **Sr. Ricardo Garcia** – O objetivo é mostrar ao Seac/DF e Seac/GO que esse assunto é de interesse da Febrac, mas que precisa ter uma ação local, através do Seac/DF com a Dra. Celita, e isso já está sendo implementando. Há um risco disso se estender para outras localidades do nosso país. Vamos manter esse assunto na pauta, informando em todas as assembléias. **Dra. Celita Oliveira** – Quanto ao segundo assunto, o acórdão do TCU se resume em determinar que seja aplicada a IN do MPOG e que os valores dos contratos sejam aqueles previstos por ele. Do ponto de vista jurídico, não vislumbrei ainda como sustentar. A Febrac tem uma ação em andamento no TCU desde 2008, entramos como terceiro interessado para tentar mostrar que os preços são os de mercado e não aqueles que estão nos vários contratos que os auditores juntaram lá. **Sr. Vilson Trevisan** – Depois que houve a manifestação do TCU, os 550m² subiram para 600m², então o TCU tem um peso muito grande dentro do MOPG. Quando a metragem quadrada não der 600 metros eles querem que o preço seja ajustado em parcela menor. Eles entenderam que o SAT poderia ser 2%, enquanto nosso CNAE nos obriga a 3%. Eles doutrinaram os encargos sociais que não passarão de 72%. **Sr. Ricardo**

Garcia – Quanto a esse item, peço ao Trevisan e Celita que conversem e busquem uma solução para atender ao pedido do Agostinho Gomes. **ASSUNTOS POLÍTICOS Deputado Laércio Oliveira** – Nesse período alguns projetos foram apresentados sobre os temas: deficientes físicos; Pregão Eletrônico; Penhora on line; multa do FGTS; exclusão do setor do Simples Nacional; problemática das Cooperativas e um projeto que propõe deduzir do Imposto de Renda um percentual dos valores investidos em qualificação. **Sra. Amanda** – Cria-se uma jurisprudência, mas ela não é aplicada imediatamente, todas as outras pessoas que tiverem interesse em ter aquela regra, terão que entrar na justiça também e fazendo um mandado de injunção para haver nova análise. Imediatamente só se aplica ao caso concreto dos integrantes da Vale. **Deputado Laércio Oliveira** – A análise que Amanda fez consegue clarear a questão. Outro assunto é sobre o Regime Diferenciado de Contratação. Se conseguirmos fazer a minuta de um projeto dentro do que o governo julgou como correto, adequando às nossas necessidades, teremos meio caminho andado. Acho interessante criar um grupo de trabalho para preparar a minuta de uma lei de licitação. O melhor caminho para isso é sensibilizar e fazer com que o governo seja o autor de uma MP ou PL, para que venha de cima para baixo. O melhor ambiente para isso é a Frente Parlamentar. A primeira reunião da Frente Parlamentar será dia 12 de julho. Estamos tentando levar o Ministro do Desenvolvimento - Fernando Pimentel, e precisaremos apresentar o que é que a Frente de Serviços deseja. O mandato de um deputado federal tem duas etapas: primeiro, construir projetos inteligentes e funcionais; segundo, procurar sensibilizar o governo, mas isso demanda tempo. Passei para o e-mail da Dra. Lirian o esboço de um projeto, para que ela verifique se enquadra nas nossas necessidades. **Sr. Ricardo Garcia** – A assessoria jurídica vai preparar alguns argumentos para tentarmos modificar esse cenário. Na última reunião a Ope Legis nos fez sugestão de alguns itens que devem ser solicitados nos pregões. Sabemos que não é fácil, mas é um caminho. **Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente Sr. Ricardo Garcia** – A CUT está organizando eventos em cada Estado para discutir relações de emprego e melhorias para os trabalhadores. Temos a informação que eles irão focar o tema terceirização de forma negativa. Fizemos um ofício informando aos sindicatos quando os eventos irão acontecer em cada Estado, e pedindo que eles estejam presentes para defender a terceirização. Existem pessoas com bom argumento que precisarão estar presentes, são elas: Dra. Celita, José de Alencar, Percival Maricato, Ermínio e Dr. Eduardo. A Febrac irá enviar ofício solicitando que estejam presentes. **8. Assuntos Gerais Sr. Ricardo Garcia** – A próxima AGE será dia 04 de agosto, junto com a Higicon e Higiexpo. Enviamos por e-mail a atualização do ANA – Assuntos Novos e Antigos. O Trevisan tem um programa para ajudar as empresas a fazerem gestão econômico/financeiro dos contratos. Eu vejo isso com alguma reserva, pois essa questão de ter um programa para cada assunto é complicado, já que os programas não se falam. Gostaria que descobríssemos alguns programas que atendessem bem o setor, para que o Trevisan tentasse inserir o dele dentro do programa macro. Poderíamos fazer uma parceria para divulgar o produto para nosso mailing de 11 mil empresas, para que tenhamos um retorno para os sindicatos, de maneira que ele seria um fornecedor oficial para nossas empresas. Peço que na próxima AGE todos marquem o vôo para uma hora depois do término da assembléia. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião.

Ricardo Garcia
Presidente

Cristiane Oliveira
Diretora Superintendente